Apesar da evolução num país que dedica 5,1% do seu PIB à Educação, superior até à média da OCDE, há desafios que persistem e perante os quais urgirá dar uma resposta.

O abandono escolar precoce tem vindo a diminuir, é certo, mas ainda assim é relevante, até porque a meta de compromisso europeu é 10% já em 2020. Para já em Portugal, em 2018, 11,8% dos estudantes portugueses abandonaram a escola antes mesmo de concluírem o ensino secundário ou equivalente. Convém também não esquecer, que entre nós está provado, que o desempenho escolar e a conclusão da escolaridade estão fortemente ligados à situação socioeconómica dos alunos e as crianças provenientes de várias comunidades em Portugal têm resultados académicos significativamente piores do que os seus pares. Há levantamentos, estudos, pesquisas, que sistematicamente mostram que a condição económica das famílias tem reflexos no desempenho escolar e que há um forte desequilíbrio entre as zonas urbanas e as áreas mais afastadas.

A Lei da escolaridade obrigatória de 12 anos em Portugal (Lei nº 85/2007, de 27 de agosto) terá ajudado a travar a saída da escola antes do tempo. No entanto, como se encontra patente no último Relatório do Estado da Educação, 2018 do Conselho Nacional da Educação, as retenções são altas. 34% dos alunos de 15 anos repetiram o ano pelo menos uma vez. A taxa de repetição vai variando de nível de ensino e de região. Em 2016, a taxa de repetição do 1.º ciclo do ensino básico era de 3,7%, no 2.º ciclo de 6,7%, no 3.º ciclo de 10%, e no secundário de 15,7%. Taxas mais elevadas em Lisboa e no sul do que no norte e no centro. Sabe-se também, que as probabilidades de um aluno ter um baixo desempenho em Ciências é três vezes superior se pertencer a uma família com dificuldades económicas.

O objetivo tem que ser aumentar participação de forma sustentada e a oferta tem que ser adequada e diversificada. Se vamos buscar novos públicos vamos ter que diversificar a oferta. Portugal não tem tido esta opção como relevante e é pena. A este nível, casos como o sistema ensino holandês, onde a ligação do ensino profissional ou vocacional às consideradas "universidades de ciências aplicadas" (equivalentes aos politécnicos portugueses) e destas aos parceiros sociais tem-se mostrado profícua e revelado sucesso, sobretudo, no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho.

Acresce portanto, que, quer para os adultos, quer para os alunos mais novos, é necessário "diversificar a oferta" e ligá-la às empresas, aos serviços públicos, aos parceiros sociais, ao

setor social, aos municípios. Construir, a este nível, uma base de diálogo entre parceiros, tornará possível contribuir para um ensino superior, que alicerce um desenvolvimento da economia e da sociedade.

Apresentado o cenário factual, aquilo que nos preocupa no presente é a convicção com que esta inevitabilidade é apresentada em Portugal. À sua "luz" defendem-se então políticas educativas que acabam tendo associadas, por vezes de forma não escondida, derivas ideológicas de "menos Estado" e de alguns "ideais" associados à intenção de poupar neste setor, onde se considera existirem gastos desnecessários ou, outrossim, as agora apelidadas "gorduras" do Estado social.

Eis-nos então, perante opções, que ao abrigo de uma propalada regulação modernizadora, por vezes com contornos de obsessiva produção normativa -de tudo prever, se manifesta já não tanto na obrigação de meios, mas na obrigação de resultados e na eficácia, a exemplo do que se passa no típico mundo empresarial.

Em termos práticos, o que se assiste ao nível da organização do sistema, são os resultados traduzirem-se na desestabilização da forma escolar tradicional, com a emergência do local, pela mudança crescente do estatuto profissional dos docentes e, ainda, pela obrigatoriedade do "professor-diretor escolar" incrementar parcerias e aumentar receitas.

Mas, e de forma eloquente, em complemento, aliado ao cenário factual, ao anteriormente descrito, a OCDE lembra (no Relatório Education at a Glance, 2018) que 90% do orçamento para o setor educativo em Portugal vai para os recursos humanos, uma percentagem acima da média da OCDE de 78%. Que em 2015, o rácio era de um professor para 10 alunos e que em 2013, 15% dos docentes tinham um contrato temporário anual, 75% estavam no quadro e 10% com contrato a termo por mais de um ano. O envelhecimento da classe também entra no Relatório. O típico professor do 1.º ciclo tem 46 anos, o do 2.º ciclo tem 49, o do 3.º ciclo e secundário 48. Apenas 1% dos professores portugueses no ativo têm menos de 30 anos.

Seguindo de perto C. Estevão (2006), uma receita regulatória de menos Estado social poderá acabar por adensar a marcação da regulação neoliberal na Educação, onde se privilegie um "quase-mercado educativo" (países como a Suécia seguiram este caminho sem, contudo, apresentarem resultados) e onde se coloca o Estado, nesta conceção, praticamente de fora

deste setor. É por demais sabido, que fórmulas liberalizantes e privatísticas têm em vista um aumento da concorrência e das competitividades, ganhando a primazia como solução para a crise e para a alegada falta de qualidade da Educação (casos, entre nós, dos invocados "vales de educação" como fator caraterizador na sempre anunciada reforma do IRS, e o relevo que a "avaliação das escolas" começará a ter como elemento diferenciador entre estas).

Quando se apresentam propostas alternativas, aquelas conceções tipicamente empresariais, estas acabam por ser vistas pelos decisores como revelando pouco interesse, ou então a reconhecer-lhes mero relevo académico, não interessando se possuem, por exemplo, mais-valias na interação ou na construção de referenciais globais de colaboratividade entre todos os atores educativos, ou de construção de cidadania e de emancipação democrática, dentro da própria escola, mesmo que estes revelem, como os resultados recentemente evidenciados nos *rackings*, itens positivos nas opções das escolas que apresentaram melhorias.

Sabirón Sierra defendeu na sua obra, hoje um clássico, *Organizaciones Escolares,* de 1999, a imperatividade em estas não lograrem cair em visões reducionistas do seu papel propugnando:

*"o significado das ações escolares que acontecem numa dada escola vem determinado pela relação estabelecida pelos seus membros entre dois eixos: sistema/mundo de vida".*

A consequência óbvia desta visão, implica ver os fenómenos escolares como resultando de uma consciência, ela mesmo *ideológica,* da própria escola. Que lhe advém da sua dependência do sistema educativo, a que pertence, mas também do sistema social mais amplo, onde se enquadra. Quer isto dizer, que sendo a escola coenvolvida pelos processos, que ocorrem diariamente no seu interior e da interpretação dada pelos seus atores, ela acaba por poder favorecer mais um ajustamento ao sistema ou, então, o "ajustamento" ao "mundo de vida" (que nos fala S. Sierra).

A pergunta hoje impõe-se então e deve mesmo ser feita, por todos que se interessem por este fenómeno social: até que ponto as nossas escolas, por vezes, ao quererem agradar em demasia ao sistema, perdem a sociedade?

REFERÊNCIAS

*Conselho Nacional de Educação.* (2018). Obtido de Estado da Educação 2017: http://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estudos-e-relatorios/estado-da-educacao/1375-estado-da-educacao-2017

Estevão, C. (2006). abordagens sociológicas Outras da Escola como Organização. Em L. Lima, *Compreender a Escola Perspectivas de análise Organizacional.* (pp. 250-286). Porto: ASA.

OECD. (2018). *Education at a Glance 2018.* Paris: OECD Publishing.

Sierra, F. (1999). *ORGANIZACIONES ESCOLARES.* Zaragoza : Mira.